

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$1.00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	5.556,88	876.808,13	211.921,88	8.040.612,77	8.040.647,09	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	6.134,90	-	(34,32)	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	10.512,12	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.556,88	876.808,13	218.056,78	8.040.612,77	8.051.124,89	-
TOTAL (III) = (I+II)	5.556,88	876.808,13	218.056,78	8.040.612,77	8.051.124,89	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, COFIC/TRESC/TSE. Emitido em 26/01/2015 às 09:01.

NOTA: ¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Salésio Bauer
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Vanderlei Romer
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	124.062.207,22	2.109.729,66
Pessoal Ativo	100.422.285,70	1.940.554,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.639.921,52	169.175,48
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.009.551,06	870.069,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	32.701,06	870.069,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.976.850,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	102.052.656,16	1.239.659,73
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)		103.292.315,89
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	641.578.197.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,016100	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,034829	223.455.270,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,033088	212.285.393,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,031346	201.109.101,63

Fonte: SIAFI, COFIC/TRESC/TSE, Emitido em 26/01/2015 às 09:01.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 33, de 19/1/2015.

Salésio Bauer
 Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Vanderlei Romer
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	9.134.933,98	1.094.286,89	8.040.647,09
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	10.219,00	10.253,32	(34,32)
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	10.512,12	-	10.512,12
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	2.850,00	2.850,00	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	9.158.515,10	1.107.390,21	8.051.124,89
TOTAL (III) = (I + II)	9.158.515,10	1.107.390,21	8.051.124,89
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-

FONTE: SIAFI, COFIC/TRESC/TSE. Emitido em 26/01/2015 às 09:01.

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

Salésio Bauer
 Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Vanderlei Romer
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRUBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	103.292.315,89	0,016100
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	223.455.270,23	0,034829
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	212.285.393,82	0,033088
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.040.612,77	8.051.124,89

FONTE: SIAFI. COFIC/TRESC/TSE. Emitido em 26/01/2015 as 09:01.

Salésio Bauer
 Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Vanderlei Romer
 Presidente